

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/1628	2172/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal a decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 09 de janeiro, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A respetiva autorização da despesa e das peças do procedimento foram devidamente aprovadas em reunião do executivo de 10 de dezembro de 2025.

No entanto e considerando, a data da próxima reunião de executivo apenas ocorrer em 26 de janeiro, tornou-se necessário que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro a adjudicação do procedimento e de todos as restantes propostas constantes do ponto 5 da informação de adjudicação fossem aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, sujeita a posterior ratificação em reunião do executivo.

A urgência prendeu-se com a necessidade de se adjudicar com a maior brevidade possível, uma vez que o contrato em vigor termina a 31 de janeiro de 2026.

Após a adjudicação, será ainda necessário cumprir uma série de procedimentos administrativos, nomeadamente a configuração e emissão dos respetivos cartões, tornando-se necessário, por esse motivo, adjudicar o mais rapidamente possível.

Remete-se para o efeito os relatório preliminar e final, informação de adjudicação e minuta do contrato

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Parecer

Propõe-se a aprovação pelo Sr. Presidente das propostas constantes desta informação.

A chefe da DCP,

7/01/2026

Despacho

Adjudico e aprovo a minuta do contrato.

O Presidente da Câmara,



(João Rodrigues)

7/1/26

1. Informação

Data

07/01/2026

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPRAQ/10/25/DCP	451.000,00€	451.000,00€	12 meses
Objeto	Aquisição de Combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas e gasóleo		
CPV	09134100-7 Gasóleo 09132000-3 Gasolina		

3. Projeção Plurianual dos Compromissos (valores s/IVA)

Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Ano 2029	Seg.s	TOTAL
451.000,00€	-	-	-	-	451.000,00€

4. Compromissos Plurianuais

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, a abertura de procedimentos relativos a despesas que originem encargos orçamentais em mais de um ano económico, ou em ano distinto do da sua realização, nomeadamente no âmbito da aquisição de bens e serviços, pode ser efetuada sem necessidade de autorização prévia do órgão deliberativo – Assembleia Municipal (AM), desde que:

- **nos termos da alínea a) do n.º 1** do referido artigo que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- **nos termos da alínea b) do n.º 1** do referido artigo:
 - os encargos não excedam o montante de 500.000,00 € em cada um dos anos económicos subsequentes ao da sua contração;
 - e o prazo de execução não ultrapasse três anos.

Adicionalmente, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais por entidades da administração local está sujeita a autorização prévia do órgão deliberativo – Assembleia Municipal (AM), salvo se os encargos resultarem de planos plurianuais legalmente aprovados.

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, essa autorização pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP), desde que os encargos estejam devidamente inscritos e discriminados no respetivo plano plurianual de investimentos (PPI).

No caso em apreço, verifica-se que os encargos plurianuais previstos se encontram autorizados no âmbito das GOP e do PPI aprovados pelo órgão executivo e ratificados pelo órgão deliberativo, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º das Normas de Execução Orçamental para 2025, aprovadas em anexo ao Orçamento Municipal de 20 de dezembro de 2024.

5. Propostas de aprovação

- a) Decisão de adjudicação (76.º);
- b) Redução do contrato a escrito (94.º);
- c) Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
- d) Relatório Final (124º).

6. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

7. Abertura do procedimento

Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 10 de dezembro de 2025 foi autorizada a abertura do procedimento.

8. Prorrogação dos prazos de apresentação das propostas

Em cumprimento com o disposto no artigo 64º do CCP, no procedimento em causa não houve necessidade de efetuar a prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas.

9. Pedidos de esclarecimentos

Durante o prazo estipulado no n.º 1 artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, não foram solicitados esclarecimentos sobre a interpretação das peças do procedimento.

10. Erros e omissões

Não foi apresentada lista de erros e omissões nos termos do artigo 50º do CCP.

11. Apresentação de propostas

No dia 23 de dezembro de 2025, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Propostas Recebidas (4)

Admitidas (0) Qualificadas (0) Desqualificadas (0)

Visualizar lista:

Pesquise pelo nome		
Referência	Fornecedor	Data de Entrega
202512221627	Lubrifuel Lda	22-12-2025 16:51:41 +00:00 UTC
251219RP	Repsol Portuguesa, Lda.	19-12-2025 19:47:34 +00:00 UTC
Petrogal 25-1159	Petrogal, SA (Galp Energia, SGPS, S.A.)	19-12-2025 10:04:30 +00:00 UTC
202512181723	B2Mobility GmbH	18-12-2025 17:26:15 +00:00 UTC

12. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 30 de dezembro de 2025, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia pelo prazo de 3 (três) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

13. Proposta de adjudicação do júri

De acordo com o relatório final, de 07/01/2026, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta à empresa LUBRIFUEL - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LDA.

14. Caução

Considera-se, face ao valor e de acordo com o previsto no convite/programa de concurso, que não deve ser exigida caução nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

15. Redução do Contrato a escrito

1.1.Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o preço contratual é de 451.000,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

1.2.Prazo de Suspensão

1.2.1. Não Aplicável

Fundamentação de Direito	<p>De acordo com o n.º 2 do artigo 104º, o prazo de 10 dias de suspensão para a outorga do contrato, decorridos data da notificação de adjudicação a todos os concorrentes e a outorga, não é aplicável quando:</p> <p>a) O contrato tenha sido celebrado ao abrigo de um procedimento de ajuste direto ou de consulta prévia ou, nos demais procedimentos, quando o anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);</p> <p>b) Se trate da celebração ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;</p>
---------------------------------	--

	c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o procedimento não foi publicado no JOUE, uma vez que foi adotada a consulta prévia acordo quadro, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.

16. Outorga do Contrato

No âmbito do Município de Braga, e em conformidade com o disposto no **n.º 3 do artigo 106.º do CCP** e na **alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013**, compete ao **Presidente da Câmara Municipal a representação do Município na outorga dos contratos públicos**, salvo disposição legal em contrário ou delegação expressa de competências.

17. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 24 do convite **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.